

CHURCHLAND, Patricia S. – *Braintrust. What neuroscience tell us about morality*.
Princeton: Princeton University Press, 2011, 288 p.

Braintrust é um livro que se enquadra na agenda das Ciências Cognitivas que têm associado o desenvolvimento dos mais variados temas, incluindo os tradicionalmente filosóficos, ao conhecimento em biologia e sobretudo em neurociências. No caso, o tema que é submetido à crítica da neurobiologia é a moral. A ideia é a de que o conhecimento físico e biológico do modo como os seres humanos são feitos elucidará todos os enigmas apregoados pelos que defendem a singularidade da subjetividade humana. Não significa que quem assim pensa não esteja ciente dos limites do conhecimento ou pretenda anular formas de conhecimento diferentes da ciência. A autora do livro adverte os sobressaltados com os perigos do cientismo de que a ciência é a primeira a ter consciência dos seus próprios limites e que a ciência não está ideologicamente contra nada. A ciência apenas preocupa-se em compreender e explicar as interrogações que os seres humanos fazem sobre eles próprios e sobre o mundo que os rodeia. Portanto, abordar os fundamentos da moral a partir de um ponto de vista suportado pela ciência é, no mínimo, tão válido como outro qualquer. Tanto mais que as afirmações filosóficas sobre a moral contêm as suas próprias vulnerabilidades. Não fossem múltiplos e diferentes os discursos produzidos pela filosofia moral! Ora ciente dos limites da ciência, o objetivo do livro não é como poderia a ciência resolver definitivamente os dilemas morais, mas oferecer uma compreensão mais profunda sobre o que faz os animais humanos e não humanos sociais e o que faz com que eles se disponham a cuidar uns dos outros. Esta, segundo a autora, será a via para podermos resolver melhor os problemas sociais que se colocam às sociedades contemporâneas e, como diz aos que temem os perigos da ciência, “isto não pode ser coisa má” (p. 4).

Patricia Churchland, professora emérita em filosofia na Universidade da Califórnia, San Diego, é uma autora e filósofa credenciada em Ciências Cognitivas e com um trabalho de reflexão desenvolvido e amadurecido ao longo de anos. Incontestavelmente é um dos nomes de referência na área. A sua opção filosófica e epistemológica foi assumida há um pouco mais de duas décadas quando cunhou o conceito *neurofilosofia* com a publicação do livro *Neurophilosophy* (1986) e asseverou que o desenvolvimento do discurso filosófico não pode contradizer o discurso das neurociências. Estas oferecem a base para a compreensão e explicação da mente humana. Assim, o tipo de pergunta que, segundo a autora, levará o inquérito acerca da origem da moral para bases sólidas é aquela que conduza a reflexão para a procura do que significa, em termos cerebrais e genéticos, ser um ser social. “Juntando dados

convergentes da neurociência, biologia evolutiva, psicologia experimental, genética e dando um enquadramento filosófico consistente com os dados, estamos agora em condições de nos acercar da questão sobre a origem dos valores” (p. 3). Nesse sentido, Patricia Churchland manifesta a esperança de que se a sua hipótese estiver no caminho certo, complementar a investigação sobre o cérebro e o comportamento.

A hipótese que a autora do livro oferece é a de que “o que nós humanos chamamos *ética* ou *moralidade* é uma estrutura a quatro dimensões para o comportamento social que está determinado pela inter-relação de diferentes processos cerebrais: (1) *o cuidado dos outros* (enraizado no *afeto* aos familiares e à procura do seu bem-estar), (2) *reconhecimento dos estados psicológicos dos outros* (enraizado nos benefícios em prever o comportamento de terceiros), (3) *a resolução de problemas em contexto social* (por exemplo, como deveríamos distribuir os bens quando escassos, resolver disputas territoriais; como deveríamos castigar os desavergonhados), e (4) *aprendizagem de práticas sociais* (através do reforço positivo e negativo, por imitação, por tentativa e erro, por diversos condicionamentos, e por analogia) (p. 9).

A autora julga conseguir, através da demonstração de cada uma das 4 dimensões do comportamento social, compreender melhor o que tem o cérebro que permite o comportamento social e, conseqüentemente, compreender melhor os fundamentos da moral. Ao longo do livro fica claro que não existe, para a filósofa americana, propriamente uma diferença significativa entre *comportamento social* e *moral*. Aliás, segundo ela, o conceito – moral – nem sequer é um conceito que se possa definir com clareza. Por isso a autora prefere não explicitar qualquer definição e enquadrar a moral dentro do grande espectro do comportamento social. Do mesmo modo expressa alguma relutância na implicação que variadas vezes se estabelece entre valores morais e normas. As normas “não têm que ser estabelecidas explicitamente, mas podem ser implicitamente apreendidas pelas crianças enquanto se desenvolvem no seu mundo social, do mesmo modo que também aprendem de um modo implícito a acender o fogo ou a cuidar das cabras” (p. 10).

Expresso o ponto de partida e os objetivos a atingir (capítulo 1 – Introdução), a autora de *Braintrust* dedica-se ao longo dos 5 capítulos seguintes (do segundo capítulo do livro ao sexto) a apresentar os estudos empíricos, as interpretações e conclusões que sustentam a base neurobiológica do comportamento social dos mamíferos não humanos e humanos e concretamente as hipóteses acima expressas. Nestes capítulos, a filósofa salienta os passos do nascimento no cérebro do cuidado pelo outro. Primeiro, a preocupação mais elementar é a preservação da sobrevivência e do bem-estar próprio. O bem-estar é para Patricia Churchland o princípio base. Sem o cumprimento deste requisito nenhum comportamento vingará (p. 13). Depois, ocorreram modificação das estruturas cerebrais que zelam pelo bem-estar próprio em estru-

turas cerebrais que zelam pelo bem-estar dos outros. “Uma série convincente de evidências provenientes da neuroendocrinologia, que estuda as interações entre as hormonas e o cérebro, sugere que nos mamíferos (e provavelmente nas aves sociais), a organização neuronal através da qual os indivíduos procuram o seu bem-estar pessoal foi modificada para gerar novos valores – o bem-estar de terceiros” (p. 14). Esta modificação ocorreu num primeiro momento para que os progenitores se preocupassem com as suas crias, depois alargou-se aos parceiros sexuais, de seguida à família e assim sucessivamente em círculos cada vez mais amplos. “Esta ampliação do comportamento social pelo cuidado do outro marca o início do que, com o tempo, se converterá na moralidade” (p. 14). Este desenvolvimento dá-se graças ao desenvolvimento evolutivo do cérebro e aos processos químicos envolvidos.

Há vários neurotransmissores e moléculas importantes no processo (ver pp. 54-56), mas o elemento chave para o desenvolvimento do processo de ampliação de bem-estar é a oxitocina (ver pp. 48-61). A oxitocina é uma molécula antiga que permite que os mamíferos não humanos e humanos desenvolvam a confiança uns nos outros. O aumento da confiança entre os indivíduos (ver capítulo 4) é crucial para o desenvolvimento dos vínculos familiares, institucionais e da moralidade. Tendo em conta a importância do papel desempenhado pela oxitocina no comportamento social dos mamíferos e no argumento, a autora apresenta (pp. 71-81) uma série de experiências que salientam as maravilhas daquela molécula. A cooperação e confiança entre os mamíferos é sensível aos níveis de oxitocina. As experiências têm sido realizadas inclusive com humanos, graças à possibilidade de aumentar os níveis de oxitocina através de inalação da molécula com a ajuda de um *spray* nasal. As experiências descritas no livro mostram como a presença da oxitocina aumenta a predisposição para o cuidado e confiança no outro.

Se a oxitocina é assim tão maravilhosa na produção de um comportamento social generoso porque não se espalha a oxitocina pelos campos de guerra? Efetivamente há um trabalho de investigação no sentido de analisar as possibilidades terapêuticas da oxitocina e tem inclusive sido aplicado a pessoas com a síndrome de asperge com resultados prometedores (pp. 79-81). No entanto, a autora sublinha que o conhecimento é ainda insuficiente e alerta que em biologia a multiplicação do bom não é necessariamente o maravilhoso (p. 78). Interessante notar, neste ponto, que o argumento formulado na base das promessas do conhecimento científico, em geral, defende-se das eventuais insuficiências ou consequência desse argumento com o *ainda* não se dispor de conhecimento científico suficiente. Por um lado é prudência sábia e saudável. Contudo, por outro lado deixa o argumento em suspenso e a dúvida sobre se o que se afirma não passa de uma sugestão ou se pretende ser mais definitivo e, neste caso, *como*? É do conhecimento geral que a utilização de fármacos na psiquiatria altera os níveis dos neurotransmissores e influencia os humores

e, conseqüentemente, os comportamentos dos seres humanos. Tal situação é mais do que suficiente para alertar para o facto de que alguma correlação haverá entre o funcionamento cerebral e o comportamento humano. É bem conhecido o quanto é valorizado em tribunal os diagnósticos neurológicos, psiquiátricos e psicológicos dos acusados de crimes para avaliar o nível de responsabilidade. No entanto, a explicação, ainda mais a moral, não pode deixar em suspenso a análise, resolução e integração das diferentes partes do problema. No caso da moral, não só a compreensão/explicação do *éthos* (costumes, maneira exterior de proceder), mas também do *êthos* (carácter, motivação interior do modo de proceder).

De acordo com o livro, além do papel da oxitocina há ainda duas vantagens evolutivas importantes para a mudança cerebral em ordem ao comportamento social que prefigura a moralidade. São elas: (1) modificações que deram origem a um sentimento negativo de medo e ansiedade perante a possibilidade de separação da descendência ou de ameaça contra ela; (2) a maior capacidade de aprendizagem relacionada com a dor e com o prazer que serviu ao indivíduo para adquirir um conhecimento mais detalhado dos “costumes” dos outros elementos do grupo (p. 15).

Em suma, a plataforma neuronal para a moralidade é o *afeto* (disposição para cuidar do outro), supervisionado pela dor da separação e pelo prazer da companhia, associado a intrincados circuitos neuronais e neuroquímicos (p. 16).

No capítulo 6, dedicado à análise das capacidades para a vida social, a autora apresenta a capacidade dos seres humanos para a imitação e para prever o comportamento dos outros como características importantes para o comportamento social. As capacidades comportamentais radicam no desenvolvimento evolutivo ocorrido no córtex pré-frontal dos humanos. Esta zona cerebral é largamente reconhecida como desempenhando um papel importante no comportamento humano. “Os neurocientistas consideram que as vantagens seletivas do córtex pré-frontal incluem uma capacidade maior para prever, tanto no âmbito social como no físico, unida a uma capacidade maior para capitalizar essas previsões atrasando a gratificação e exercendo medidas de autocontrole” (p. 119). Devemos, contudo, salientar que apesar das correlações associadas ao estudo desta zona cerebral, os cientistas estão longe de possuir um conhecimento aprofundado sobre as relações cerebrais envolvidas em certas funções mentais.

O livro dedica os capítulos 7 e 8 à análise tradicional da moral. Nestes dois capítulos finais a autora dedica-se à crítica dos fundamentos filosóficos da moral e a responder às objeções que a sua teoria poderá receber da filosofia moral tradicional. O argumento que expõe procura elucidar a arbitrariedade existente nas construções filosóficas da moral e a inexistência de um critério capaz de desempatar. Aliás esse relativismo/confusão foi o motivo que

conduziu a filósofa americana a procurar na neurobiologia um critério mais estável e seguro.

Patricia Churchland, em defesa do seu argumento, reafirma, nestes capítulos finais, que o seu objetivo é explicar o modo como os seres humanos são capazes de avaliar a bondade ou justiça de uma lei sem necessidade de recorrerem a uma lei mais profunda (p. 166). A avaliação assenta nas emoções e paixões que são endêmicas na natureza humana, assim como os hábitos sociais na infância. Além disso, os processos avaliativos tiram proveito da memória e da capacidade para resolver problemas. A filósofa americana adota um ponto de vista cético em relação à ideia defendida pelos filósofos morais de que as normas e a sua aplicação racional são definidoras da moralidade. Segundo a autora de *Braintrust* a moralidade não é assunto exclusivo dos animais humanos. A formulação de normas implica a necessidade de linguagem verbal e esta é uma ferramenta exclusiva dos seres humanos, logo a moralidade assim entendida seria exclusiva dos seres humanos. No entanto, contra-argumenta a autora, a moralidade assenta no cuidado pelo outro e este comportamento não é exclusivo dos animais humanos, logo a moral não é assunto exclusivo dos seres humanos. Por isso é erróneo assentar a moralidade nas normas.

Outro argumento que apresenta contra a ideia da moral assente em normas é o de que as normas conflituam entre si. Por exemplo, “o amor começa em casa” entra regularmente em conflito com “ama os teus vizinhos como a ti mesmo” (p. 166) ou a norma “matar é errado” conflitua com a crença de muitos de que em tempo de guerra não é errado matar, ainda que haja muitas situações em que até em tempo de guerra é errado matar. Ora se as regras conflituam entre si não faz qualquer sentido fazer depender a moral da formulação de normas.

Por fim, as teorias morais que permitem exceções às normas são incompletas (p. 168). Por esta razão, os filósofos morais procuram normas universais que se possam aplicar independentemente das contingências de tempo e lugar. Patricia Churchland afirma não haver uma tal norma e elucida esta afirmação com a exploração (pp. 168-173) da designada Regra de Ouro – *não faças aos outros o que não queres que te façam a ti*. A filósofa americana procura demonstrar que nem a Regra de Ouro consegue reunir consenso entre os filósofos morais. E a razão é simples: porque nem a Regra de Ouro é uma norma de aplicação universal e incondicional (p. 173).

Estará eventualmente, neste momento, o leitor a pensar no *imperativo categórico*. Para Kant o *imperativo categórico* (tudo o que todos os seres humanos devem fazer sem exceções) é uma espécie de crivo da moralidade. Considera-se, deste modo, resolver o problema da incondicionalidade e universalidade. A autora dirá que não (pp. 173-175). E porquê? Porque a razão pura que Kant acreditava existir e que era garante de imparcialidade moral não existe, mas, mais importante, há normas que passariam no crivo kantiano

da moralidade e que são imorais. Patricia Churchland oferece o seguinte exemplo. Imagine o leitor a norma: “todos os recém nascidos anencefálicos com cancro terminal doloroso se deve aplicar a eutanásia”. Um kantiano poderia dizer que não se pode formular racionalmente uma tal norma porque se o próprio fosse um recém nascido naquelas condições desejaria morrer de forma natural e não por eutanásia. Porém, não choca a lógica nem a razão que, pelo menos, alguns recém nascidos naquelas condições desejassem que lhe aplicassem a eutanásia. Concluindo, segundo a autora, se esta norma passa o crivo kantiano, então está aberta a porta a que muitas outras também possam passar. É só uma questão de aplicar a receita certa: “concordar que a norma se aplica a si mesmo, ainda que isso implique a morte do próprio” (p. 174). Em suma: as normas propostas pela filosofia moral são incompletas e contradizem-se a si mesmo ou são incoerentes com a natureza biológica do ser humano.

Porém, sem as normas como resolver os problemas de conflito, por exemplo, entre o bem-estar de uma comunidade e de outra? Não se deveria procurar a solução na autoridade ou num conjunto de normas morais? A resposta da autora é um não redondo. Patricia Churchland segue a sugestão de Owen Flanagan (*The Really Hard Problem*, 2007). E a sugestão deste autor das Ciências Cognitivas que a autora cita para a resolução de conflitos é a de que se olhe para o mundo (p. 181), ou seja, que se reflita sobre as diferentes alternativas, se compreenda a história e as necessidades humanas, se procure ver os assuntos a partir da perspectiva do outro e se converse. Este é o modo de proceder que poderá levar os humanos e as comunidades humanas a avaliar e aceitar uma prática social vantajosa a longo prazo. E, segundo estes autores, “é sempre melhor isso do que depender de autoridades morais autoproclamadas ou de listas de normas” (p. 181). Imaginará o leitor que melhor ainda é seguir a sua própria consciência. Acontece é que nem a consciência é uma voz uniforme e quantas vezes a consciência lhe diz uma coisa e o seu contrário? (ver pp. 191-199). Na verdade, segundo a autora, as pessoas normais, sensatas e competentes agem sem necessidade de normas. Os seres humanos agem baseados em casos, fazendo uso de protótipos armazenados na memória. Tanto mais que a larga maioria dos seres humanos nem seria capaz de elencar a lista de normas morais que orientam a sua própria vida.

Além das normas, outra dificuldade que se levanta perante empresas como as empreendidas por este livro é a de que para a filosofia moral há uma distinção óbvia entre *ser* e *dever ser*. Ora a neurobiologia só descreve *o que é* e, portanto, nada pode dizer sobre *o que deve ser*. Patricia Churchland toma a sério esta objeção, denominada de *falácia naturalista*, e procura dar-lhe uma resposta. O filósofo inglês G. E. Moore, no livro *Principia Ethica* (1903), foi o primeiro a denunciar o erro em que incorriam os naturalistas ao pretenderem naturalizar a moral. O argumento que apresentou e que ficou conhecido por

Argumento da Questão em Aberto (AQA) assenta na, segundo ele, impossibilidade de definir o *bom*. De acordo com o AQA propriedades como bom, mau, valioso não podem identificar-se com propriedades naturais aprazíveis, tais como bem-estar, felicidade, prosperidade, amor. Definir as propriedades morais em termos de propriedades naturais fará com que sempre se mantenha uma questão em aberto. Por exemplo, definir o bom em termos de bem-estar, “o bom é o bem-estar”, permite que se seja razoável perguntar: “mas o bem-estar é bom?”. Ora, se as propriedades fossem realmente idênticas a pergunta resultaria absurda. Porém, como a pergunta que surge da definição não é uma questão trivial, então as propriedades não são idênticas e a definição inconsequente. Logo as abordagens naturalistas da moral são falsas.

O contra-argumento que Patricia Churchland apresenta não é novo e é o que habitualmente se opõe ao argumento apresentado por Moore. A ideia do filósofo inglês é a de que a definição requer uma sinonímia entre os termos para a definição ser efetiva. No entanto, esta ideia não é verdadeira. Podemos conceber definições em que os dois termos da definição não são sinónimos e a definição é efetiva. A autora oferece (p. 188) o seguinte exemplo: *a luz é radiação eletromagnética*. “Luz” e “radiação electromagnética” não são sinónimos, mas a propriedade medida de um modo (luz) é a mesma da propriedade medida de outro (radiação eletromagnética). Além deste exemplo poder-se-iam elencar outros. Assim, se em geral as definições não requerem uma sinonímia porque o deveria requerer no âmbito da moral? Um tal requerimento só poderá assentar numa ideia preconcebida de que o naturalismo é falso, mas, se assim é, não serve de refutação da teoria. Patricia Churchland refere (p. 189) que Moore se deveria ter limitado a assinalar que a relação entre a natureza e a moral é complexa, mas não diferente. Pois para a autora resulta estranho o que possam ser *propriedades não naturais*. Em todo o caso, a filósofa americana não pretende com o seu argumento defender que a ciência resolverá todas as dificuldades da filosofia moral, apenas pretende salientar que deveremos estar abertos à possibilidade de uma compreensão mais profunda da natureza da nossa sociabilidade que possa explicar algumas das nossas práticas e instituições e a considerá-las a partir de uma perspetiva mais sábia (p. 190).

Por fim, convirá referir que a autora, no último capítulo do livro dedicado à análise da relação entre a religião e a moralidade, afirma que a moral não é uma ilusão e que a relação entre moral e religião faz todo o sentido se entendermos a religião em termos sociológicos e não como fonte sobrenatural da moral.

Desde a explicitação do conceito de *neurofilosofia* e dos desenvolvimentos das neurociências outros casamentos com as neurociências ocorreram. O fim do século passado e o início do atual assistiu ao nascimento da *neurética*, *neuromarkting* e, inclusive, a teologia não escapou à *neuroteologia*. Entretanto, depois do entusiasmo da proclamada década do cérebro, é verdade que parece

ter passado a euforia que os espetaculares resultados e técnicas prometiam. Porém, também não é menos verdade que se têm multiplicado pelo mundo os centros de investigação dedicados ao cérebro. Em Portugal foi recentemente inaugurado um dos maiores, o Centro Champalimaud. Portanto, apesar da 'articulação de paradigma' em que parecem viver as Ciências Cognitivas, a confiança no estudo do cérebro para a compreensão e explicação do ser humano não é menor do que a que existia no passado. Atente-se, por exemplo, ao esforço financeiro da União Europeia para não perder o comboio da exploração do cérebro. O *Flagship Project*, projeto financiado com fundos Europeus, tem a concurso 1 bilião de euros para atribuir a investigações sobre o cérebro humano. A investigação sobre o cérebro humano possui uma agenda que merece a nossa atenção e que será interessante continuar a acompanhar. Se mais não houvesse, seria já razão mais do que suficiente para *Braintrust* merecer a atenção dos leitores, mas, como vimos, há muitas outras razões. Os que entendem que os animais humanos são seres racionais e que isso é uma distinção gradativa que os afastam de todos os demais terão uma ótima oportunidade para confrontar as suas posições, aqueles que consideram que até a racionalidade é resultado de atividades neurobiológicas, descobrirão no livro várias pistas para continuar a reflexão e especulação sobre o assunto.

José António Alves



CRÓNICA